

DESENVOLVIMENTO RURAL, CONHECIMENTO E COOPERAÇÃO COMO FORÇA PRODUTIVA

Ricardo Luiz Sapia de CAMPOS¹

■ **RESUMO:** No trabalho discutimos conhecimento e cooperação no meio rural ou sociedades rurais, pensando estes dentro das transformações produtivas, e, tendo os agentes desta produção como atores de tal transformação. Destacamos o conhecimento e a capacidade empreendedora de mobilizar e interagir com este conhecimento como a principal força produtiva na construção de “novos mercados”. Para tanto discutimos com autores clássicos da teoria social, particularmente com Marx e Weber, quando tocam nestes pontos. A idéia central é entender como se pode conceber o desenvolvimento rural a partir de um saber-fazer, ou força produtiva, típico deste chamado “mundo rural”, que interage com as conquistas técnico-científicas identificadas com a precisão e a codificação atribuídas à sociedade industrial.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Conhecimento. Cooperação. Teoria sociológica. Desenvolvimento territorial rural.

Introdução

Nos últimos anos tem havido certo refluxo nos interesses de pesquisas voltadas para a agricultura e o meio rural. Esta constatação é mais marcante no campo das chamadas ciências sociais e da sociologia em particular. Na maioria das vezes são as ciências “mais exatas”, ou aquelas que o sociólogo alemão Max Weber apontava como exemplo ou modelo de estudos e profissões

¹ Pós-doutorando em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – sapiacampos@yahoo.com.br

“racionais” aplicadas, como a administração e principalmente a economia, que concentraram a maioria dos estudos e pesquisas sobre desenvolvimento rural e agricultura².

Um dos motivos, provavelmente o principal deles, que fizeram com que temas ligados à agricultura e ao desenvolvimento rural fossem, de certa maneira, deixados de lado, ou então preteridos por outras temáticas de pesquisa, foi justamente o desaparecimento ou a pouca ênfase dada aos assuntos dantes tão caros à chamada “sociologia rural”.

Há que se considerar ainda que muitos destes antigos temas ou se esgotaram, ou então passaram a ter pouca relevância em face de outros criados pelo mundo moderno. É importante lembrar ainda que os vários tipos de corporativismos – sejam eles acadêmicos ou institucionalizados de vários modos na sociedade – impedem a comunicação e a troca de saberes, dificultando não só as chamadas pesquisas aplicadas, mas também as pesquisas científicas básicas e as políticas públicas de desenvolvimento de maneira geral.

Neste trabalho, exploramos aspectos deste potencial produtivo que passa a ser valorizado no chamado “meio rural”, ou sociedades rurais, e que se constitui como uma nova força produtiva. Tais aspectos (ou pontos centrais do que chamamos de nova força produtiva) são discutidos com base em dois textos clássicos da sociologia – um de Marx, outro de Weber.

Pensamos que os referidos escritos, cada qual a sua maneira, tocam nos pontos centrais sobre os aspectos que atualmente passam a ser valorizados como força produtiva, e que chamaremos como na tradição francesa, de *savoir-faire*³. Sendo assim, recuperamos o pensamento destes autores clássicos sem a pretensão de qualquer exegese, mas com o firme propósito de explorar alguns pontos que, acreditamos, permanecem atuais para pensar os temas que nos propomos a discutir.

² No estágio de quatro meses que realizamos junto ao Departamento de Política da Universidade de Bologna no final do nosso doutorado, dentre outras, constatamos que, apesar da Itália, em especial a região da Emilia – Romagna, ser referência mundial em se tratando de pequenos núcleos de produção agroindustrial, eram quase inexistentes estudos voltados para esta realidade na área de sociologia ou política. Em contrapartida existiam muitos estudos voltados para esta realidade na área de economia, administração, economia empresarial dentre outras disciplinas.

³ O termo em francês indica um tipo de saber completamente distinto daquele valorizado pela sociedade industrial e pelo uso e contenção da técnica. Portanto, trata-se de um tipo de conhecimento completamente diferente daquele “criado” especificamente para a resolução de um problema em específico. Trata-se de um conhecimento em movimento e, portanto, em completa mutação, e que é propriedade intelectual da sociedade, ou da coletividade que o mobiliza constantemente. Em resumo, é propriedade daquele que pode mobilizá-lo. Um conhecimento que, por sua vez, apenas se aprende fazendo, ou no curso da vida.

Aqui, destacamos como os autores clássicos revelam elementos internos da vida comunitária ou camponesa, como dádiva, reciprocidade, comunicação, interação, etc. Lembrando, porém, que utilizamos tais textos destacando e discutindo os pontos de interesse para nossa argumentação, sem a obrigação ou pretensão de abarcar a totalidade desses escritos.

Cooperação e conhecimento nas comunidades rurais tradicionais

O sociólogo alemão Max Weber, em uma de suas primeiras pesquisas de juventude, vai justamente investigar a condição dos trabalhadores agrícolas da província prussiana oriental. Em que pesem a riqueza e a diversidade de temas tratados em tais textos, Weber, analisa a formação do capitalismo na Alemanha, comparativamente com os Estados Unidos, a partir da formação agrária destes países. Quando estabelece as particularidades e diferenças internas da Alemanha, o autor trabalha o tempo todo com os temas comunidade e sociedade.

Para Weber, são justamente as características gerais da formação agrária do nordeste e leste da Alemanha que propiciam o desenvolvimento de um corpo político com ampla representação no parlamento, os *Junkers*. Neste momento, Weber aponta o caráter marcadamente comunitário do oeste, sul e sudeste alemão, organizado em pequenas comunidades rurais, em comparação com o nordeste e o leste daquele país. Ressalta que com a dissolução do feudalismo o sul e o oeste conservaram maior incidência de faixas de terras intercaladas entre propriedade camponesa e em mãos dos senhores de terra. Ou seja, houve maior diversidade no tocante a própria ocupação do território. A ocupação das terras neste caso apresentava maior densidade demográfica, mais gente ligada às pequenas propriedades ou às comunidades, em que, além de sugerir um fluxo interno mais intenso, também aponta maior relação de interdependência no tocante as trocas de todo gênero. Aponta com relação ao nordeste e leste, que o sul, sudeste e oeste apresentavam maior incidência de trocas, nos pequenos mercados locais o que facilmente sugere maior diversidade de todo o gênero, tanto de produtos, quanto de cooperação lingüística, dádivas e relações de reciprocidade de maneira geral.

O Oeste era mais densamente povoado e, o que é decisivo em nossa opinião, a comunicação local, a troca de bens dentro e entre as menores comunidades locais, foi indubitavelmente mais desenvolvida do que no leste. Isso se evidenciou pelo fato de que o Oeste contava com número muito maior de cidades. Baseava-se, em parte, no simples fato histórico de que a cultura do Oeste era, sob todos os aspectos, mais velha e, em parte, numa diferença geográfica, menos evidente, mas importante: a maior variedade da divisão agrícola do Oeste em comparação com ao Leste. De um ponto de vista puramente técnico, a comunicação nas planícies amplas do Leste alemão deve ter encontrado menores dificuldades do que no território muito mais acidentado do Oeste. Não obstante, essas possibilidades técnicas de comunicação não determinam o volume do comércio. Pelo contrário, no Oeste e no Sul, os motivos econômicos do comércio e do desenvolvimento de uma comunicação relativamente intensiva foram muito mais fortes do que nas planícies do Leste. Isso ocorreu devido ao fato de que no Oeste e no sul as terras baixas, os vales de rios, os planaltos, se intercalam – as condições climáticas e outras condições naturais de produção de mercadorias são perceptivelmente diferentes dentro de distritos pequenos. No Leste, porém, as cidades vizinhas nada têm para trocar entre si (mesmo hoje), porque, estando na mesma situação geográfica, produzem as mesmas coisas. (WEBER, 1979, p.428-429).

Os textos de Weber, em especial os que são classificados como “textos da juventude”, são ricos em informações e revelações típicas da própria metodologia do autor que aponta fatores e características diversas e correlacionadas na explicação de determinado fenômeno social. Sobre o ponto que nos interessa, destacamos apenas algumas das características comunitárias internas, como a dádiva, a reciprocidade, a comunicação, a interação etc., que Weber aponta e identifica em determinadas regiões da Alemanha. Outro caminho seria seguir a trilha de Mezzadra (2006), quando sobre estes mesmos textos, destaca a subjetividade dos trabalhadores poloneses da margem do Elba que migravam, servindo de mão-de-obra para as empresas agrícolas dos *Junkers*, ou seja, colocando o ato de migrar como categoria política (MEZZADRA, 2006).

Como se sabe, Weber escrevia em um momento de intensas transformações e, apontando tais transformações, ponderava sobre as características deste processo. Para o autor, as características

centrais do moderno capitalismo poderiam ser encontradas nos Estados Unidos da América, lembrando que alguns fatores correspondentes estavam presentes na Alemanha do Leste, como o trabalho assalariado (livre), o uso “mais” racional da terra, etc., caracterizando a formação tradicional de um “capitalismo agrário”. Os elementos do “moderno capitalismo” não estavam presentes nas sociedades rurais tradicionais do Sudeste e oeste da Alemanha. Porém, como aponta Weber, foi exatamente nesta região que a indústria (o capitalismo industrial) se desenvolveu.

O ponto sobre o qual pretendemos discorrer refere-se às características que Weber identifica nestas comunidades rurais tradicionais da Alemanha, como a comunicação; a reciprocidade; a diversidade; os vínculos tradicionais, sempre estranhos aos elementos externos; a intensificação do mercado de trocas; a interdependência, etc. Vale anotar que Marx, ao elaborar a famosa “teoria do valor-trabalho”, aponta duas características – o pequeno mercado de trocas vinculado às comunidades rurais e a economia familiar – como compondo um circuito de “valor de uso”, que assim sendo não integrava a valorização do capital. Não integrava por não se constituir em “valor de troca”, de mercado, ou seja, por não gerar lucro e acumulação.

Marx, em *18 Brumário de Luís Bonaparte*, tece interessantes considerações sobre a condição de vida do campesinato francês. O autor, ao analisar o movimento revolucionário francês, considera que é o próprio isolamento dos camponeses que não lhes permite sentir-se e, portanto, representar-se como classe. Este isolamento é também apontado no capítulo do *Capital*, em que Marx trata da cooperação (MARX, 1983). Os camponeses são comparados pelo autor a batatas dentro de um saco; de tal modo que uma batata retirada isoladamente não afeta e nem mesmo modifica a estrutura das demais. Cada família camponesa é uma unidade – como uma batata em um saco – que pode ser eliminada facilmente sem que isso afete as demais. Chamamos a atenção para o fato de que estas famílias alocadas em pequenos núcleos camponeses e que tinham intensificado um mercado de troca local, em sua condição de isolamento, conforme pontua Marx, faziam circular uma relação cooperada que se desenvolvia de forma “paralela” ao grande mercado capitalista.

Há dois pontos a serem considerados neste momento. O primeiro deles é que não há dependência, reciprocidade, interação ou dádiva entre estas famílias camponesas, uma

vez que elas são identificadas pelo autor a partir das relações produtivas típicas do grande mercado capitalista em formação. As relações cooperadas, que compõem o fluxo do conhecimento destas comunidades, não integram o circuito de valorização do capital. Cada uma delas é auto-suficiente e sendo assim, como o próprio autor aponta, apenas podem se identificar como inimigas ou concorrentes. A organização produtiva, pois era sob este prisma que Marx escrevia, ou mesmo a organização comunitária, não as unia em interesses comuns.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicação existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. (MARX, 1974, p.402-403).

Como se sabe, Marx enfatizava a organização e a cooperação produtiva com base na nascente sociedade industrial. Weber, por sua vez, sobre este ponto, estava mais preocupado com o fluxo de trocas internas das comunidades camponesas, tema que para Marx era insignificante. É assim que Weber aponta: “É claro que durante muitos anos o camponês vendeu seus produtos excedentes e, embora tecesse e fiasse, não podia satisfazer suas necessidades com o seu próprio trabalho” (WEBER, 1979, p.415). Já Marx, escrevendo no interior do que considerava ser o “moderno capitalismo industrial”, buscava identificar os elementos da cooperação operária no interior de sociedades camponesas, que se organizavam de maneira bastante distinta daquela vigente nas sociedades de mercado.

Ao que pensamos, a relativa insignificância do mercado local e do modo de vida camponês, verificada por Marx, é destacada por Weber como fator peculiar na formação do oeste e sudeste alemão, e, conforme defenderemos adiante, das ditas sociedades

rurais ou camponesas. Também Weber estava preocupado com o “moderno capitalismo”, que não podia se desenvolver com a manutenção dos vínculos destas comunidades com a tradição. A diferença marcante a este respeito é que Weber, ao fazer a análise comparativa entre o que considerava serem “duas Alemanha”, acaba enfatizando e estudando as características internas destas comunidades, procedimento esse que Marx não adota. Como se sabe, para Weber o “espírito do capitalismo” (e este fator pode claramente ser verificado já nestes textos de juventude) desenvolve-se com a substituição dos vínculos tradicionais pela organização racional do trabalho e da produção.

A velha ordem econômica indagava: como posso proporcionar, nesse pedaço de terra, trabalho e manutenção para o maior número possível de homens? O capitalismo pergunta: desse pedaço de terra, como posso produzir o maior número possível de colheitas, com o menor número de trabalhadores? Do ponto de vista técnico-econômico, os velhos aldeamentos rurais da região são, portanto, considerados como super povoados. O capitalismo arranca o produto da sua terra, das minas, fundições e indústrias de máquinas. Os milhares de anos do passado lutam contra a invasão do espírito capitalista. (WEBER, 1979, p. 417).

Portanto, ao que parece, este ponto está presente tanto em Marx quanto em Weber, ainda que colocado de forma diferente. Marx, entusiasmado com o então paradigma industrial, apontava que a cooperação produtiva verificada na indústria nascente não existia, ou então era insignificante, entre a “massa de camponeses”. Já Weber, enfatizando mais as relações de mercado local, também apontava que para o capitalismo se desenvolver era necessário eliminar os vínculos de cooperação e comunicação baseados em valores tradicionais.

Outro ponto presente nos dois autores merece destaque para a nossa discussão. Marx falava na alienação do trabalho a partir da especialização e da rotina dos fluxos de produção industrial. Fenômeno que como se sabe encontra seu apogeu nas primeiras décadas do século XX. Weber não fala de outra coisa, porém, dá destaque à qualificação que permanecia entre as sociedades com vínculos tradicionais.

O antigo camponês é, assim, transformado num trabalhador que é dono de seus próprios meios de produção, como podemos ver na França e no Sudoeste da Alemanha. Mantém sua independência

devido à intensidade e alta qualidade de seu trabalho, que é aumentado pelo interesse privado nele e sua adaptabilidade às exigências do mercado local. Esses fatores lhe dão uma superioridade econômica que continua, mesmo quando a agricultura em grande escala poderia predominar tecnicamente. (WEBER, 1979, p.418).

O camponês permanece dono de seus próprios meios de produção, ainda que em uma situação econômica totalmente nova. Weber afirma que os núcleos de produção camponesa que soubessem aproveitar tais circunstâncias, estando próximo, ou nas “franjas” dos centros urbanos, seriam favorecidos. Em suas palavras: “Em certos pontos de produção agrícola, o pequeno camponês, se souber como se libertar das cadeias de tradição, pode adaptar-se às novas condições da administração.” (WEBER, 1979, p.417).

Os dois autores, apesar de não serem contemporâneos na acepção do termo, destacam a comunicação, a interação e a cooperação como fatores centrais. Interessante notar que Weber, sempre mais “escorregadio” que Marx, não é taxativo quanto ao caráter negativo dos vínculos sociais que caracterizam as sociedades rurais, ainda que aponte, como se sabe, a necessidade de se libertar dos vínculos tradicionais, como condição para o desenvolvimento da racionalidade necessária para o “novo capitalismo”. Desenvolvimento este que Weber nunca defendeu, limitando-se, mesmo em seus estudos posteriores, a explicá-lo. Marx por sua vez identificava a libertação dos grilhões de exploração dos trabalhadores a partir da organização racional do trabalho industrial. Ou seja, se a sociedade caminhava para uma organização racional do trabalho industrial, baseada na precisão, na cooperação produtiva e na “tomada de consciência” a partir das relações de exploração (do sentir-se classe), o mundo rural, camponês e tradicional, não se enquadrava nela.

Adiante procuraremos demonstrar que alguns dos elementos identificados com o mundo rural e/ou com as comunidades tradicionais da Europa, tanto para Weber quanto para Marx, passaram por transformações marcantes e tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento de uma nova potência ou força produtiva.

A simbiose: conhecimento e cooperação entre meio urbano e sociedades rurais.

É desnecessário fazer grandes considerações para dizer que a sociedade industrial foi e é uma sociedade de tipo urbano-industrial. Ainda que em diferentes momentos, os autores clássicos que aqui estamos discutindo pensaram sob o prisma do desenvolvimento capitalista daquele momento histórico. Em que pesem as considerações que Marx e Weber, cada um a seu modo, fazem sobre o mundo camponês, alguns pontos podem ser destacados. Weber aponta as principais características internas das comunidades rurais, vinculando-as ao que se pode chamar de mundo camponês. Já Marx, ao fazê-lo, claramente tem como referência a organização do trabalho fabril verificado principalmente na Inglaterra. A cooperação, a dependência e a comunicação produtiva – estabelecendo vínculos de reconhecimento de classe, tal qual se verificava no capitalismo nascente – eram elementos estranhos para a “imensa massa” de camponeses.

Para Weber, que como Marx observava o capitalismo nascente, a comunicação interna e o fluxo de trocas de maneira geral no interior das comunidades rurais não eram necessariamente um entrave para o desenvolvimento do capitalismo. O que podia ser comprovado, empiricamente, tomando o leste alemão e os Estados Unidos como modelos “típico ideais”. Já no texto de Marx, fica claro que os problemas centrais do mundo camponês são o isolamento e a falta de comunicação, em comparação com a sociedade urbano-industrial. Exatamente sobre tais escritos Hardt e Negri (2005, p.167) apontam:

Marx considerava que a passividade política do campesinato deve-se a sua carência tanto de comunicação quanto de circuitos de cooperação social em larga escala. As comunidades de camponeses franceses ligados a pequenas propriedades estudadas por Marx no meado do século XIX eram dispersas pelo campo e mantinham-se separadas e isoladas. Sua incapacidade de se comunicarem é o motivo pelo qual acredita Marx não poderem representar a si mesmos (devendo por isso ser representados). Na visão de Marx, a subjetividade política requer de uma classe não apenas a auto-representação, mas primeiro que tudo e fundamentalmente a comunicação interna. Neste sentido, a comunicação é a chave do significado político da tradicional divisão entre a cidade e o campo.

O que acontece de novo sobre este ponto é que houve uma complexa simbiose entre os valores e saberes das ditas “comunidades tradicionais” (Weber) ou “sociedades camponesas” (Marx), com a racionalidade técnica e científica identificada como uma conquista genuinamente urbana, fazendo com que esta combinação aparecesse como um elemento novo que tanto entra no circuito mercantil já existente quanto cria novos mercados.

Os novos elementos e características desta nova forma de produzir não conservam a relação de separação ou superposição institucionalizada entre meio rural e meio urbano. As transformações são operantes no curso de uma nova sociedade, que pode até comportar separação, apesar de não ser o que parece, mas não conserva tais separações como eram verificadas quando estes autores clássicos escreviam. Hardt e Negri (2005, p.155) apontam neste sentido:

Começa a surgir, por exemplo, uma forma pós fordista de produção agrícola que se caracteriza por este tipo de mudança tecnológica. A modernização agrícola escorou-se fortemente em tecnologias mecânicas, do trator soviético aos sistemas californianos de irrigação, mas a pós modernização agrícola desenvolve inovações biológicas e bioquímicas, paralelamente a sistemas especializados de produção, como as estufas, a iluminação artificial e a agricultura sem solo. Essas novas técnicas e tecnologias tendem a afastar a produção agrícola da produção em larga escala, facultando operações mais especializadas em pequena escala.

Um ponto comum destes argumentos é a concentração dos aglomerados produtivos geralmente em pequenas empresas, formando um novo ambiente institucional nos territórios. Este ambiente dos territórios produtivos (BECATTINI, 1998) se constitui em um “local” de cooperação produtiva e difusão do conhecimento. Vale notar que a caracterização deste local recupera a cristalização localizada de saberes e relações típicas das antigas comunidades rurais. Não se trata evidentemente de encontrar uma saída para a crise produtiva da sociedade industrial em antigas formas e relações de produção, mas apenas de admitir que estas não estavam extintas, conforme se supunha. E ainda, diferentemente do que poderia parecer no momento em que tanto Marx quanto Weber pesquisaram, admitir que os elementos centrais atados a vínculos de tradição, ou mesmo à

cooperação difusa, não foram extintos ou substituídos, mas antes disso transformados.

Neste sentido é que a resposta à crise de um tipo de organização e gestão do trabalho surge recuperando elementos que foram descartados pela sociedade industrial. Conforme apontam Souza, Santana e Deluiz (1999, p.41):

A resposta à crise, ou melhor, como querem os teóricos da especialização flexível, a antecipação ao estrangulamento, não surgia de elementos totalmente inusitados. Antes, viria de uma certa recuperação de elementos ou formas produtivas que sucumbiram diante do sistema fordista sem se extinguirem. Aquilo que poderia chamar de sistema de manufatura concorrera com as idéias-chaves que se articulariam mais tarde no fordismo, sendo derrotado enquanto linha mestra do sistema produtivo, continuando a existir ao longo do tempo em experiências isoladas. A derrota teria se dado, devido, sobretudo, à intervenção de ordem política, sustentada pela visão do evolucionismo tecnológico.

A recuperação de formas produtivas que pareciam extintas surge como resposta à crise. Tais formas recuperam um saber desprezado pelo evolucionismo tecnológico e que passa a integrar a nova dinâmica do conhecimento necessário à produção. Bagnasco (1999) aponta que a interação entre a estrutura urbana e rural dentro dum dado contexto italiano foi capaz tanto de suplantar essa separação quanto, aproveitando-se das experiências, de construir um novo ambiente produtivo.

Essas cidades ativaram esse processo em interação com as regiões rurais caracterizadas, do seu lado, por uma estrutura social particular: a da família rural autônoma, proprietária de pequenos lotes de terra, *en fermage* ou *en métayage*. Essa família forneceu ao mercado de trabalho das pequenas empresas industriais, operários polivalentes, formados num meio rural auto-suficiente e culturalmente direcionados para a autonomia e a mobilidade. Além disso, ela oferecia uma certa segurança frente ao mercado de trabalho incerto e, as vezes, uma gestão integrada das rendas suplementares. Em inúmeros casos, em somente uma ou duas gerações surgiram dessas famílias rurais, artesãos e pequenos empresários. Assim, a ação combinada dessas duas condições permite melhor entender a razão pela qual o meio mais favorável a expansão da pequena empresa foi o que um economista designou "campo urbanizado (BAGNASCO, 2001, p.38).

Vê-se assim a forma como Bagnasco (1999) concebe este processo interativo, tendo como “local” de pesquisa o norte da Itália, e mais particularmente o nordeste italiano, que conta com a província do Veneto como o seu principal expoente expressivo. Foi o processo interativo e comunicativo entre realidades, que o paradigma urbano-industrial tinha como separadas e irreconciliáveis, que deu a tônica de uma nova organização produtiva⁴.

O local como “espaço” produtivo

Nos últimos anos, têm surgido e se intensificado focos de produção que valorizam o “local” como ambiente privilegiado para o desenvolvimento produtivo. Esses focos produtivos, qualificados geralmente como aglomerados produtivos, como *clusters* (MONIE; SILVA, 2003), ou então como distritos industriais, (BECATTINI, 1998), apresentam características comuns que facilitam, possibilitam e proporcionam novas e distintas formas produtivas e de organização do trabalho. Chamamos distintas por fugirem completamente da perspectiva do mercado massificado e da antiga organização do trabalho (SAPIA, 2004).

Os “novos territórios produtivos” (SILVA; COCCO, 2006), seja por mero fator de reorganização da produção seja por investimento político-institucional, ou por ambos, aparecem como locais privilegiados de inovação, como uma espécie de “laboratório de pesquisa” (COCCO; URANI; GALVÃO, 1999). As características internas destes “novos territórios” (como o equilíbrio entre cooperação e disputa, a interdependência, a comunicação, etc.) assim como as externas (a maneira como tais territórios produtivos se relacionam com o “mundo” global e com os outros territórios constituídos) apontam tanto para a importância quanto para a especificidade deles (RULLANI, 2002).

Destacamos a emergência e a constituição destes territórios dentro do que aqui podemos chamar de “fluxo de globalização”. Quando a dinâmica produtiva de muitos Estados Nacionais passa

⁴ Importante considerar, uma vez que nos referimos ao caso italiano, que o eixo de desenvolvimento urbano-industrial daquele país, principalmente a partir da década de cinquenta, concentrava-se no chamado “triângulo italiano”, tendo como principais centros de desenvolvimento industrial as cidades de Gênova, Turin e Milão. Quando todas as perspectivas políticas de Estado, bem como as teorias dominantes, esperavam que qualquer resposta para a crise da sociedade industrial viesse destes locais, elas apareceram de regiões que nunca foram industriais na acepção do termo, com especial atenção para o Veneto, Emilia-Romagna e parte da Lombardia.

a ser definida no contexto da economia global, os territórios produtivos, definidos em suas características internas como células produtivas, entram no fluxo da globalização, considerando-se como “laboratórios produtivos” e como pólos de inovação. Desse modo, relaciona-se, ainda que aplicando uma espécie de filtro em suas influências positivas e negativas, com o fluxo da economia aberta (SAPIA, 2004). Fator este muito pertinente para se pensar os aspectos centrais que caracterizam as comunidades tradicionais, no nosso caso chamadas comunidades rurais. Vínculos tradicionais, ainda que reformados, que exaltam elementos de sociabilidade, interação e interdependência entre os membros que compõem estes territórios. Apesar de não serem exatamente os mesmos elementos que caracterizam o conceito de “capital social⁵”, proposto por Putnam (2005), e aplicado por Abramovay (2000) ao meio rural brasileiro, em ambos os casos, se dá destaque às características internas deste conceito que recuperam valores tradicionais transformados das comunidades rurais.

Uma das principais características destes territórios é valorizar a sua vocação produtiva, através de sua criação e recriação permanentes. A definição (quanto ao que e ao como se produzir) está sempre fortemente relacionada a valores e saberes locais, e como tais ligados à tradição. Todavia esta tradição não é algo que se revitaliza, ou simplesmente se atualiza, mas que na relação com a precisão racional das conquistas técnico-científicas cria algo novo abrindo-se para a sua própria redefinição (BAGNASCO, 1999).

Estes espaços produtivos são “locais” e formam fortes laços não de dependência, mas de relação não só com o grande mercado produtivo constituído, mas também com as antigas formas produtivas e de organização do trabalho. Sendo assim, não dependem do sucesso ou do insucesso destas, mas da relação que podem manter com elas⁶. Relações díspares, positivas ou

⁵ Apontando algumas características gerais deste conceito, dentre as quais destaca-se a confiança, observa-se uma rede de relações institucionais bastante difusas e cristalizadas, que dependem fundamentalmente de certo equilíbrio de relações. São normas e sistemas de relações que facilitam e promovem o desempenho e a eficiência social por meio de ações coordenadas. Uma cooperação espontânea que não tolhe, mas limita as iniciativas egoístas e pessoais.

⁶ O sucesso e o desempenho de micro e pequenos negócios não dependem do insucesso das grandes cadeias produtivas, uma vez que estas não figuram como suas concorrentes. Como se sabe, para o paradigma fordista e a economia em escala é impossível estabelecer campos de concorrência e disputa com os grandes complexos produtivos. O mais acertado é identificar o elo de relações entre pequenas e grandes cadeias produtivas que se aproveitam mutuamente. Em estudo feito em Veneza, identificamos

negativas, mas que sempre são remetidas para o interior do fluxo comunicativo e interdependente do interior destes territórios.

Portanto, a vocação produtiva dos territórios é tanto algo “reproduzido” de um passado de “saberes” próximo ou longínquo, quanto algo que pode ser criado e recriado a qualquer momento (BECATTINI; ZORINI, 2003).

Como se sabe, os valores e saberes sempre foram mais bem conservados e desenvolvidos – criados e recriados – pelas chamadas sociedades rurais. Weber (1979) tem apontamentos clássicos sobre isso, ao analisar a formação do capitalismo agrário na Alemanha recém unificada. A nossa hipótese a esse respeito sugere que a sociedade de tipo industrial, na busca da simplificação e da massificação do consumo e de produção, elimina saberes, sendo que nas sociedades de tipos rurais, tidas à época como “atrasadas”, estes saberes hoje valorizados, ainda que de forma transformada, encontraram terreno privilegiado tanto para sua conservação quanto para a possibilidade de se inter-relacionarem. Este tipo de saber de que falamos, próximo do conceito francês de *savoir-faire*, encontra boa definição na pena de André Gorz (2005):

O saber é, antes de tudo, uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente conhecimentos formalizáveis, codificáveis. A maior parte dos saberes corporais escapa a possibilidade de uma formalização. Eles não são ensinados; aprendem-se na e pela prática, pelo costume, ou seja, quando alguém se exercita fazendo aquilo que se trata de aprender a fazer. [...] Quem quer aprender uma língua, por exemplo, aprendendo suas regras gramaticais, não saberá falar essa língua, ao passo que aquele que em princípio treina falá-la poderá aprender mais facilmente as regras gramaticais perguntando-se sobre o funcionamento dessa língua que ele sabe, sem contudo conhecê-la. (GORZ, 2005, p.32).

O “meio rural” é o local privilegiado deste saber-fazer. Como nas palavras de Hardt e Negri (2005), todo agricultor é um químico. O conhecimento de cada tipo de solo para cada tipo de planta, a seleção da semente, a preparação do adubo natural, todos esses são saberes incorporados pelas comunidades rurais tradicionais. Nesse sentido, o agricultor é também um biólogo que escolhe

esta relação, em que as grandes empresas, por meio de mecanismos difusos e complexos, se aproveitam de saberes locais de pequenos proprietários e artesãos, da mesma forma que estes utilizam o marketing, a logística e a abertura de mercados externos, possibilitados pelas grandes empresas. Ver: Sapia (2004).

as melhores sementes e aperfeiçoa as variedades vegetais; um artesão que transforma a fruta em vinho e o leite em queijo; um meteorologista que espreita o céu e arrisca previsões de chuva e de estiagem.

No tocante a organização do trabalho, as sociedades de tipo rural nunca passaram pelo processo de “expropriação de saberes”⁷, conforme o paradigma típico da sociedade de tipo industrial. Ainda que de maneira muito particular, este processo de organização do trabalho semelhante ao da grande empresa fordista ocorreu de maneira transformada e menos intensa na organização do trabalho das grandes empresas rurais e usinas. Neste sentido, as distintas formas de organização do trabalho existentes no interior destes territórios produtivos apontam tanto para fortes laços de reciprocidade e aproximação entre saber e fazer, quanto para relações de grande exploração que afastam esta relação entre conhecimento e execução do trabalho.

As características até aqui apontadas no interior destes territórios tanto criam quanto são criadas pela formação de um novo mercado. Este é novo por apresentar atributos distintos do antigo mercado de consumo massificado (BAGNASCO, 1988). É flexível, indefinido, valoriza a pluralidade e a diversidade rompendo com os cânones da standardização do consumo. Busca captar potenciais locais e globais de “desejos”, adaptando tais demandas de consumo na forma de um produto final, ao invés de impor padrões de consumo. Valoriza o fator qualidade e a diversidade em detrimento da quantidade e da padronização (ABRAMOVAY, 2006). Neste sentido, conforme estudos de Dimaggio e Louch (1998), trata-se de construção de algo novo, o que implica admitir que tanto a sociedade influencia na construção deste “novo mercado”, quanto este agindo na sociedade produz um novo consumidor.

Valorizando tais potencialidades, o “conhecimento” em sentido amplo aparece como principal força produtiva (GORZ, 2005). Não há substituição de capital fixo material por capital imaterial, mas o que ocorre é que o produto final tem cristalizado

⁷ Na organização do trabalho industrial o saber era produzido pelos trabalhadores, neste ponto nada diferente do que sempre foi em todo tipo de cooperação produtiva, digamos assim, em todos os modos de produção e organização do trabalho, existentes ao longo da história. A grande “sacada” de Taylor a este respeito foi criar mecanismos de expropriação do saber por meio da parcialização e rotinização do trabalho. Também por meio destas, depois deste processo de sucção e codificação dos saberes, remete a estes mesmos trabalhadores tarefas aparentemente desprovidas de sentido. A esse respeito Taylor chega a afirmar que seria preciso “transformar o cérebro dos trabalhadores em cérebros de bois”, em alusão a força que estes animais têm, mesmo sem saber, e pelo fato de eles serem sempre conduzidos pelo mando.

mais conhecimento, portanto capital imaterial, (LAZZARATO; NEGRI, 2001), do que em princípio se poderia supor e, seguramente, muito mais do que no tinha no período de produção massificada.

Conclusões

Aqui chamamos atenção para o fato de que o mercado não é algo autônomo à sociedade. A construção do mercado, conforme apontam Dimaggio e Louch (1998), ou então a “construção social do mercado”, conforme aponta Bagnasco (1988), depende da potência da produção social. Esta, por sua vez, ainda que não seja determinada exclusivamente pelo mercado, se relaciona com ele de modo muito profundo.

Mesmo que não tenhamos uma orientação metodológica que busca identificar semelhanças entre a realidade observada pelos autores clássicos com os nossos resultados de pesquisa, vale observar que em seus escritos há muitos pontos que se assemelham ou então que propiciam uma relação que facilita o entendimento de situações contemporâneas. A importância da comunicação, apontada por Marx entre os camponeses franceses de meados do século XIX, pode não figurar dentro da relação que fazia o autor entre um mundo urbano-industrial e um mundo rural-camponês, posto que Marx pensava estas duas dimensões como incomunicáveis ou então se comunicando em uma relação de superposição. Todavia, por mais que a história neste último século tenha revelado uma realidade comunicável entre estas dimensões, redefinindo a relação entre produção agrícola e mundo rural de um lado e produção industrial urbana de outro, a comunicação (e a possibilidade de provocá-la) e a “cooperação”, que aqui chamamos de cooperação produtiva, continuam sendo a chave, o elo que possibilita a produção. Neste sentido, ou no sentido apontado por Giddens (1998), Marx é um autor “épico”, é um “teórico épico”, ou seja, um autor que conseguiu entender e capturar elementos que, mesmo sofrendo profundas transformações no curso da história, permanecem como problemas sociais e sociológicos na acepção do termo. No caso que discutimos, a comunicação e a cooperação, apontadas por Marx, adquirem um peso decisivo no tocante as relações sociais.

E ainda que não estejamos nos referindo ao pensamento de Marx como um todo, mas apenas ao ponto discutido, seguimos com Giddens (1998, p.182) quando ele aponta:

A fragilidade de Marx repousa exatamente nos elementos que ele acredita serem o fundamento de sua originalidade e de sua força: suas reflexões sobre a superação do capitalismo pelo socialismo. As contribuições mais permanentes de Marx, que lhe asseguram a posição de “clássico” e com as quais se estabelece um diálogo contínuo, residem na sua análise da ordem do capitalismo industrial, que ele incorretamente imaginou ter vida curta.

No nosso caso, a concordância com o diagnóstico de Giddens não está na identificação de uma “fragilidade” em Marx, mas sim no que aponta de atualidade “épica” de seu pensamento, ou seja, a relação que sua teoria tem com os fenômenos sociais contemporâneos.

Weber se insere nesta mesma categoria, ou seja, a de autor “clássico”, que assim pode ser considerado dado que suas contribuições resistem ao tempo, oferecendo respostas atuais para problemas sociais atuais. A importância no pensamento de Weber da relação entre sociedade e vínculos de reciprocidade comunitários é de uma atualidade que por vezes causa espanto. O pequeno mercado local de trocas, a diversidade interna aliada aos vínculos de dependência também interna, o fluxo de pessoas distribuídas no interior destas comunidades, identificados por Weber no oeste e sudeste alemão do século XIX, são fatores atuais para pensar o desenvolvimento e as forças produtivas que emergem com a crise da produção em massa. Com Weber a comunicação aparece como central no fluxo da produção e interação no interior das comunidades rurais. Também no caso de Weber, ao que parece, o resultado da pesquisa, talvez até aquilo que o autor julgasse ter menos importância, se sobressai com relação aquilo que o autor acreditava ser a sua originalidade. Seriam assim, cada qual a seu modo, contribuições permanentes, tanto a de Marx quanto a de Weber.

A resposta à crise da sociedade de massa veio neste sentido de elementos inusitados, os quais se julgava estarem extintos. Não seriam, conforme procuramos apontar, os elementos descartados pela sociedade industrial que ofereceriam resposta à crise, mas sim a possibilidade deles serem atualmente recuperados e transformados com uma nova perspectiva. Tal possibilidade só

pode ocorrer porque nas ditas sociedades rurais ou tradicionais não houve um processo de expropriação do saber conforme com o que ocorreu no meio urbano-industrial. O que não significa desconhecer que este processo de expropriação pode ocorrer através de “mecanismos” diferentes.

A “construção” de um “local” como ambiente produtivo carece menos do elemento físico e geográfico do que se pensa. Os vínculos e laços de reciprocidade, provocando um *mix* de cooperação e disputa no interior destes territórios, são mais dependentes da rede de relações que eles estabelecem internamente, sugerindo assim a transformação de elementos de dádiva e reciprocidade, possíveis apenas nas comunidades rurais que conservaram vínculos e conhecimentos tradicionais, e que não permitiram que eles fossem completamente substituídos pela “racionalidade” capitalista.

CAMPOS, Ricardo Luiz Sapia. Rural development, knowledge and cooperation as productive force. *Perspectivas*, São Paulo, v. 32, p. 161-180, jul./dez. 2007.

■ *ABSTRACT: I discuss knowledge and cooperation in the rural milieu or rural societies placing them within the framework of production transformations. Also, I place the production agents as players in this transformation. I outline the interaction of knowledge and entrepreneurship ability as the main productive force in the construction of “new markets”. For such, I analyze classic sociology authors (particularly Weber and Marx). The main focus is to understand how rural development can be conceived from know-how typical from the “rural world” in interaction with the technical and scientific developments which are typical to precision and codification attributed to the industrial society.*

■ *KEYWORDS: Knowledge. Cooperation. Sociological theory. Rural development.*

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, v.4, n.2, p.379-397, abr./jun., 2000.

_____. O mercado na sociedade e a sociedade no mercado. *Jornal Valor Econômico*, São Paulo, p.12, 27 nov. 2006.

BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. *Empresários e emprego nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.33-44.

_____. *La costruzione sociale del mercato: studi sulli sviluppo di Piccola Impresa in Italia*. Bologna: Il Mulino, 1988.

_____. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In: ARBIX, G.; ZILBOVÍCIUS, M.; ABRAMOVAY, R. *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Ed. UNESP; EDUSP, 2001. p.349-363.

BECATTINI, G. *Distretti industriali e made in Italy*. Torino: Bolati-Boringhieri, 1998.

BECATTINI, G.; ZORINI, O.L. Identità localirurali e globalizzazione. *Rivista Qa: Questione Agraria*, Roma, n.1, p.7-30, 2003.

COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

DIMAGGIO P; LOUCH, H. W. Socially embedded consumer transactions: for what kinds of purchases do people use networks most? *American Sociological Review*, Washington, v.63, issue 5, p.619-637, Oct. 1998.

GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MEZZADRA, S. *Il diritto di fuga: migrazioni, cittadinanza, globalizzazione*. Ombre Corte, Verona, 2006.

MONIE, F.; SILVA, G. *A mobilização produtiva dos territórios: instituições e logística do desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RULLANI E. *Sistemi produttivi locali in Europa: tra governance e competitività*. Roma: Sviluppo, 2002.

SAPIA, R. Distritos italianos, la globalización del local: trabajo y calificación profesionales. In: COCCO, G. M.; CORO, G. *Competitiveness and development in Europe and Latin America: learning from experience*. Venice: Ca Foscari University, 2004. p.123-137.

SILVA, G.; COCCO, G. *Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Sebrae, 2006.

SOUZA, D. B.; SANTANA, M. A.; DELUIZ, M. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Organização e introdução de H.H. Gerth e C. Wrigth Mills. Tradução de Waltensir Dutra. Revisão técnica de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.